

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: SUBREPRESENTAÇÃO OU PRESCRIÇÃO?

FEMINIST MOVEMENTS IN THE GEOGRAPHY TEXTBOOK: UNDERREPRESENTATION OR
PRESCRIPTION?

LOS MOVIMIENTOS FEMINISTAS EN EL LIBRO DE TEXTO DE GEOGRAFÍA:
¿INFRA REPRESENTACIÓN O PRESCRIPCIÓN?

Iago Gabriel Araújo Santos¹
Glauber Barros Alves Costa²
Ana Luiza Salgado Cunha³
Gabriela Silveira Rocha⁴

Manuscrito recebido em: 21 de julho de 2022.

Aprovado em: 12 de dezembro de 2022.

Publicado em: 20 de janeiro de 2023.

Resumo

O presente artigo promove reflexões a respeito da representação dos movimentos feministas na coleção #contatoGeografia, utilizada em escolas do Alto Sertão baiano, parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2018. A análise de conteúdo foi a principal estratégia metodológica através da qual foram feitas leituras e análises da referida coleção buscando como categoria *a priori* os movimentos sociais, e pela relevância das pautas, o movimento feminista se pôs como uma categoria necessária, selecionada *a posteriori*. Diante do que foi observado, produziu-se um quadro demonstrativo no qual foram analisados, tabulados e registrados os dados coletados, em seguida foram realizadas as inferências sobre a categoria em questão e sua representação. Observamos que, apesar dos movimentos feministas serem de algum modo representados na obra, são poucas vezes mencionados e de forma superficial. Cientes da influência do livro didático na educação escolar e, conseqüentemente, na formação humana como um todo, compreende-se que o pouco espaço cedido aos movimentos feministas se aponta como uma denúncia à ainda incipiente política de diversidade e igualdade de gênero no sistema educacional brasileiro.

¹ Graduando em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0181-6848> Contato: iagoibg@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professor no Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4368-2964> E-mail: glauberbarros@hotmail.com

³ Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia. Professora na Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9244-130X> E-mail: aninhaluizasalgado@gmail.com

⁴ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora no Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7891-756X> E-mail: gsrocha@uneb.br

Palavras-Chave: Livro Didático; Movimentos Feministas; Ensino de Geografia.

Abstract

This research promotes reflections on the representation of feminist movements in the #contatoGeografia textbook, used in schools in the Alto Sertão of Bahia, part of the National Program Textbook (NPT) of the year 2018. Content analysis was the methodological approach through which readings and analyzes of the aforementioned collection were carried out, seeking as an a priori category the social movements, and due to the relevance of the agendas, the feminist movement established itself as a necessary category, selected after. Given what was observed, a demonstrative table was produced in which the collected data were analyzed, tabulated and recorded, then inferences were made about the category in question and its representation. We observed that, although feminist movements are somehow represented in the work, they are rarely mentioned and in a superficial way. Aware of the influence of textbooks on school education and, consequently, on human formation as a whole, it is understood that the little space given to feminist movements is a denunciation of the still incipient policy of diversity and gender equality in the Brazilian educational system.

Keywords: Textbook; Feminist Movement; Teaching Geography.

Resumen

Este artículo promueve reflexiones sobre la representación de los movimientos feministas en la colección #contatoGeografía, utilizada en las escuelas del Alto Sertão de Bahía, parte del Programa Nacional de Libros de Texto (PNLD) del año 2018. El análisis de contenido fue la principal estrategia metodológica a partir de la cual se realizaron lecturas y análisis de la citada colección, buscando los movimientos sociales como categoría a priori, y por la relevancia de las agendas, el movimiento feminista fue una categoría necesaria, seleccionada a posteriori. En vista de lo observado, se elaboró un cuadro demostrativo en el que se analizaron, tabularon y registraron los datos recolectados, luego se hicieron inferencias sobre la categoría en cuestión y su representación. Observamos que, a pesar de que los movimientos feministas están de alguna manera representados en la obra, rara vez se mencionan y de manera superficial. Conscientes de la influencia de los libros de texto en la educación escolar y, consecuentemente, en el desarrollo humano en su conjunto, se entiende que el poco espacio dado a los movimientos feministas es señalado como una denuncia de la todavía incipiente política de diversidad e igualdad de género en el sistema educativo brasileño.

Palabras clave: Libro de texto; Movimientos Feministas; Enseñanza de la Geografía.

Para começar

Vive-se numa sociedade organizada pela perspectiva binária, que faz da divisão sexual um de seus princípios orientadores fundamentais, diferenciando seres humanos e seus papéis sociais a partir da primária diferenciação entre os corpos do homem e da mulher, impactando nas divisões sociais dos papéis masculinos e femininos. Sendo gênero uma categoria de análise que remete a maneira de compreender as relações entre os

sexos, é por meio dele que é possível observar as relações de poder materializadas pelos corpos, focando as percepções das diferenças sexuais que organizam o mundo. Isto posto, as reflexões tecidas neste texto envolvem a temática da representação dos movimentos feministas em uma coleção de livros didáticos, especificamente, nos livros da coleção **#contatoGeografia**, utilizada em escolas do Alto Sertão baiano, parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2018.

O corpo, pensado como uma realidade biológica, é também condicionador de uma diferenciação socialmente construída que impacta nas subjetividades, individualidades e nas relações sociais. A diferença biológica, dada objetivamente, entre os sexos, justifica a diferença de gênero e a diferença da divisão social através do gênero. Ainda não conseguimos pensar fora da divisão binária, mesmo que cientes de sua existência limitante (BOURDIEU, 1999).

De acordo com Laquer (2001), sexo e corpo são tratados sob a ótica do gênero, onde sexo é entendido como uma construção de gênero, cultural, e não como uma dimensão biológica, enquanto o corpo é compreendido a partir do pensamento de gênero, com diferenças culturais, econômicas e políticas, sendo que estas orientarão a noção de masculino e feminino em oposição. A ideia de verdade e os sistemas explicativos dos corpos são organizados na perspectiva de gênero, na qual o masculino é tratado como referência para toda organização social.

Scott (1990) destaca que, sendo gênero elemento constitutivo das relações sociais organizadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, a noção de dominante passa a ser normatizada, naturalizada, dando assim um caráter comum as relações de dominação existentes. Ao tratar da dominação masculina, Pierre Bourdieu (1999) refere-se a mesma como eixo da organização social na qual os processos simbólicos eternizam referenciais que mantêm essa relação. Tal dominação não se faz em grandes ações e sim no cotidiano, em diferentes campos que não necessariamente se referem a gênero. Há sempre questões voltadas ao binarismo, como princípio organizativo, que opera os jogos simbólicos e encontram-se sempre hierarquizados pelo princípio dessa dominação através de uma constante violência simbólica.

Para esta discussão, a análise de conteúdo foi a principal estratégia metodológica através da qual foram feitas leituras e análises da referida coleção. De acordo com Franco (2005), a análise de conteúdo consiste em interpretar o conteúdo manifesto das mensagens nos enunciados dos discursos e das informações. Buscamos como categoria *a priori* os movimentos sociais, juntamente com alguns movimentos que tem por pautas assuntos caros à Geografia, sendo eles: o Sem-Terra, Sem-Teto e de Atingidos por Barragens. No entanto, a partir do que foi observado, entendeu-se que seria importante trabalhar com outras categorias que suscitariam discussões pertinentes, sobretudo, diante do atual cenário sociopolítico do Brasil, tendo isso em vista, foi selecionado como categoria *a posteriori*, dentre outros, o Movimento Feminista. Posteriormente, construiu-se um quadro demonstrativo no qual foram analisados, tabulados e registrados os dados coletados, em seguida foram realizadas as inferências sobre a categoria em questão e sua representação.

Com o intento de realizar a análise da representação dos movimentos sociais se usou a palavra como unidade de registro, que não, necessariamente, se reduz a uma simples palavra, pois pode ser também um termo. As unidades de registro desta pesquisa foram os termos relacionados aos movimentos sociais presentes na coleção. A fim de se realizar as inferências sobre as unidades de registro, foram explorados, como unidades de contexto, os parágrafos, seções e capítulos, dentre outros aspectos, os quais retratam as condições em que os movimentos sociais foram representados. As unidades de contexto são “o pano de fundo que imprime significado às Unidades de Análise” (FRANCO, 2005, p. 43).

Segundo Stuart Hall (1959), a representação é uma parte primordial do processo pelo qual significados são produzidos e compartilhados entre povos de uma mesma cultura, ligada diretamente à legitimidade e ao poder através dos discursos e práticas discursivas. Afirma que a linguagem e a representação produzem sentido, conhecimento e poder capaz de regular compreensões de mundo, identidades e condutas. É considerando a potencialidade das representações na vida social que escolhemos as (ou as não representações) representações dos movimentos feministas em uma coleção de livros didáticos de Geografia para o Ensino Médio. Compreendemos que as formas de abordagem dos movimentos feministas veiculadas em livros didáticos exercem influência

sobre as formas como os/as estudantes compreenderão o mundo, como orientadora de modos de ser, compreender e estar.

Nesta perspectiva, a discussão aqui está feita em algumas partes. Na primeira parte discutimos brevemente sobre os Movimentos Feministas e seu potencial educativo, passando pelo Livro Didático como importante recurso material e curricular nas escolas brasileiras com foco no PNLD como política pública educacional, ferramenta governamental de seleção dos livros didáticos e, em seguida, discutiremos a representação dos movimentos feministas especificamente na Coleção #contatoGeografia, selecionada no PNLD de 2018. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

Observamos que, apesar dos movimentos feministas estarem presentes na obra, eles foram poucas vezes mencionados e de forma marginal dentro das discussões que o assunto trazia. Cientes da influência do livro didático na educação escolar e, conseqüentemente, na formação humana como um todo, compreende-se que o pouco espaço cedido aos movimentos feministas se aponta como uma denúncia a ainda incipiente política de diversidade no sistema educacional brasileiro.

Processos Educativos em Movimentos Sociais: Feminismo

Os movimentos sociais falam com suas místicas, suas marchas, suas artes... com eles aprendemos outras linguagens. (ARROYO, 2021, p. 02)

Na última década muito se falou a respeito de “Ideologia de Gênero⁵”, uma expressão comumente usada por pessoas de tendências conservadoras para se referir ao espaço conquistado para o conceito de Gênero, que passou a ser adotado por diversos documentos que discorrem sobre a educação no país. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, diversos eventos discutiram a temática, como o denominado *Família, Mulher e Gênero* em que

⁵ Ideologia de Gênero como campo científico não existe, o termo foi cunhado no Peru, e utilizado a primeira vez em 1998, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru intitulada “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. O evento nacional que reúne bispos de todo o país é uma tradição da Igreja Católica no mundo inteiro.

[...] as ideias de Dale O’Leary e Jorge Scala [autores que combatem a “Ideologia de Gênero”] sobre o caráter ideológico da perspectiva de gênero foram repetidas inúmeras vezes. De forma sintética, pode-se dizer que, além de contestarem as formulações sobre as relações de gênero, as palestrantes [mulheres católicas] procuraram comprometer o feminismo, associando as feministas com a cultura da morte (MACHADO, 2018, p. 9).

É notório que esse discurso gerou efeitos na câmara de deputados, que ficam explícitos através das iniciativas parlamentares que visavam impedir a utilização da perspectiva de gênero nas políticas públicas, como Projeto de Lei que viria a ser chamado de Escola Sem Partido (MACHADO, 2018).

As eleições de 2018 tornaram Jair Bolsonaro o Presidente da República do Brasil, vitória comemorada por alas conservadoras do país, parte delas que propagam discursos de ódio, preconceito e discriminação sobre muitas vertentes, dentre elas, o Gênero, carregando consigo também a luta das mulheres por igualdade. O que para eles foi considerado um avanço, para grupos como os de movimentos feministas, o retrocesso foi sonoro, diante de uma histórica luta para que o conceito gênero fosse absorvido pelos documentos oficiais do Estado e, conseqüentemente, na prática cidadã.

Através desse exemplo, é possível perceber o quanto as pautas dos movimentos feministas foram depreciadas, desvalorizadas e deslegitimadas por forças conservadoras que ganharam relevância no país na última década, principalmente, no âmbito político, e que pode ter refletido na própria produção de livros didáticos, através do apagamento ou pormenorização da retratação de temáticas consideradas subversivas. Tendo isso em perspectiva, considera-se necessária uma análise das representações de tais movimentos na coleção didática, a fim de colocá-los em pauta e buscar observar se a desvalorização deles e das suas demandas na última década foi refletida nos livros didáticos, influenciando na concepção que diversos alunos podem ter criado a respeito do que são e pelo o que lutam.

Compreendendo o movimento feminista, pode se inferir que:

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro

momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral. (PINTO, 2010, p.15)

O Movimento Feminista é muito amplo e diverso, ao ponto de existir especificidades em cada corrente, por exemplo, existe o movimento feminista negro, movimento feminista LGBTQIA+, o movimento feminista camponês e outros tantos, o que aumenta a relevância destas discussões e sua relação com o campo educacional e nos instrumentos educacionais, nesse caso o livro didático. Os movimentos feministas são plurais e comportam pautas variadas de acordo com as experiências das mulheres envolvidas. As imbricações da opressão de gênero com o racismo, androcentrismo, sexismo, etnocentrismo, orientação sexual, religião, idade, dentre outros, desafiam a ideia de um feminismo único e hegemônico, pois a diversidade das mulheres aponta também para a multiplicidade dos feminismos.

Entendemos como fulcral uma discussão do protagonismo feminino na sociedade brasileira, sob a ótica das relações de gênero/poder, buscando conceitos advindos desde antes do sufrágio, percorrendo mudanças ocorridas ao longo dos tempos. São, desde o Brasil República, muitas as fases de busca da mulher por participação na sociedade brasileira, um enfrentamento por existência em condição de sujeito, como cidadã com direitos sociais e econômicos de igual valor.

É a desconstrução da história de um pacto sexual-social, que trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado. Refere-se ao direito patriarcal ou à instância sexual: ao poder que os homens exercem sobre as mulheres. É o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno, encarado como o paradigma do livre acordo, no qual a diferença sexual é uma diferença política, diferença entre liberdade e sujeição, que mulheres são relegadas a um objeto do contrato, dando ao homem direito natural sobre essas na segurança do direito civil.

Neste pacto, um contrato social, os homens se tornavam chefes de família e a mulher não, ficando historicamente relegada a uma posição inferior. Os ideais de liberdade e igualdade não podiam excluir essencialmente as mulheres. A diferença sexual como natureza é que justificaria o domínio dos homens na esfera pública. A biologia da diferença sexual ofereceu a base da explicação na qual as mulheres já eram subordinadas ao homem no estado natural e anterior à existência das relações sociais. O resultado era a exclusão feminina da nova sociedade civil por razões baseadas na 'natureza'. A inscrição biológica que a mulher traz a exclui da possibilidade do contrato social, sendo tal exclusão fundamental para afirmação do princípio da natureza como orientador da autoridade pública de uma classe, mas é também o estopim de importantes movimentos que levaram ao processo de revolução de conceitos e ações sociais.

Os feminismos são experiências históricas, fundadas sob a égide da tensão de uma identidade sexual compartilhada e evidenciada na anatomia, porém recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais, que no Brasil teve seu início nos anos de 1970 como uma experiência de caráter plural e polissêmico - devido a uma diversidade de fatores, como foi à resistência direta e armada, à ditadura militar. Os feminismos possibilitaram múltiplas experiências subjetivas, configurando novas referências de ser mulher (SARTI, 2004). O Movimento Feminista abriu espaço para uma redefinição das formas de entender o poder político e privado, trazendo a necessidade de novas condutas, práticas e conceitos.

A conscientização social e política é um dos caminhos mais coerentes na busca por erradicar mazelas ainda infiltradas na sociedade. O voto é uma função social e, ao mesmo tempo, um ato político. É o instrumento pelo qual o povo adere a uma política governamental e confere seu consentimento e, por consequência, legitimidade às autoridades governamentais. O papel do movimento feminista é político, social e emancipatório.

Currículo em disputa: o papel do livro didático

Pensar em currículo é pensar em um fazer curricular cotidiano já que currículo não é algo limitado e definível, é uma forma de se criar possibilidades e de incentivar a busca de alternativas por meio de discussões reflexivas acerca de tudo que se passar em um ambiente escolar. O conhecimento não é criado apenas pelo que já está predefinido para as criações, ele se faz e refaz em uma constante de encontros e desencontros no decorrer do dia a dia na escola. A escola, como toda sociedade, vive imersa em uma teia de relações nas quais os conhecimentos são construídos e repassados. O currículo é tecido na vida concreta da escola, dentro de suas diversas interfaces que vão de encontro a muitas formas e múltiplos conhecimentos.

Currículo é uma cultura real que surge de uma série de processos. Seus procedimentos de controle estão centrados nos conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas por ele, determinando padrões de comportamento a serem seguidos pelos sujeitos inseridos no contexto escolar. Vai além de estudos e disciplinas, favorece algumas formas de conhecimento em detrimento de outras, afirma determinados sonhos, desejos e valores de um ideal de estudantes seletos. O currículo formal ainda é marcado por uma dimensão reprodutora do conhecimento, deixando de lado o processo de produção sociocultural estabelecido no cotidiano escolar.

O livro didático é uma das poucas ferramentas de amplo acesso na educação brasileira. É o livro mais acessível para boa parte dos brasileiros. Seu impacto no processo formativo de discentes necessita ser constantemente debatido, sobretudo, no que tange ao tipo de conteúdo que predomina nas coleções de didáticos. O que está sendo evidenciado aliado com o que está sendo negligenciado. Neste caso, procuramos as representações dos movimentos feministas, levando em consideração a projeção que vêm adquirindo nas discussões nacionais no âmbito político e social. Todavia, tal proeminência desses movimentos está, muitas vezes, atrelada a preconceitos, discriminação e discursos de ódio de algumas alas conservadoras da sociedade, exitosas, especialmente, nas últimas disputas eleitorais, como também, políticas, isto é, nos embates legislativos, por exemplo.

Sendo assim, é relevante salientar como essa ala da sociedade vem dominando os instrumentos educacionais, como os manuais didáticos, por exemplo. Conscientes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e tendo conhecimento de que o seu gestor está alinhado ao governo brasileiro, ou seja, as autoridades dominantes do país; consegue-

se inferir, quem faz o currículo a partir das políticas públicas é conseqüentemente quem dar os ditames do que será estudado, por exemplo, aquilo que é tratado pelos livros didáticos que chegam à educação básica, aos docentes e aos discentes. Para compreender o PNLD e as definições do que pode conter no livro didático, recorre-se a uma citação que Costa e Dantas (2016) faz de Veiga e Costa (2013) que disserta o seguinte:

Em relação ao PNLD de Geografia, Veiga e Costa (2013, p. 1502) afirmam que esse: [...] se constitui como ferramenta de orientação aos autores dos livros didáticos assim como os avaliadores e aos professores do ensino fundamental para que possam escolher o livro didático que esteja coerente com a proposta da construção do conhecimento do aluno (COSTA; DANTAS, 2016, p. 326-327).

Nesse trecho é evidenciado o caráter orientador do PNLD, que através de editais publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) oferece orientações em vários níveis para que se possa escolher e produzir as coleções de didáticos. De um modo geral, os editais guiam como serão desenvolvidos, o que serão abordados, quais políticas públicas estarão em suas bases, e de forma indireta o que será veiculado pelos livros didáticos. O PNLD reflete, assim como a escola, tanto o projeto de educação vigente quanto a política educacional elaborada no Brasil.

A educação brasileira vem passando por transformações estruturais com a criação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e Reforma do Ensino Médio. Sabendo disso, infere-se que a orientação recebida pelos autores de livro didático, pelos avaliadores e professores esteja mais aproximada de uma perspectiva educacional ligada a essas reformas, cujo muitas trazem um cunho neoliberal em seu escopo.

Tendo isso em perspectiva, é possível inferir que movimentos sociais, como os feministas, que combatem o projeto de sociedade dominante (neoliberal/patriarcal) e seus princípios sejam negligenciados em termos de representatividade nas políticas públicas. Por isso é esperado a existência de conflitos em torno do PNLD, por exemplo, docentes que não se se veem representados por esse projeto educacional tendem a contestar as coleções de didáticos que sigam essa lógica. O conflito, inclusive, é uma propriedade histórica desse programa de livros didáticos, as dissidências entre as partes, especialmente, as que envolvem professores e gestores do PNLD e do Ministério da Educação.

Entretanto, se tratando das editoras e sua participação nessas desavenças, é necessário pontuar o fato de que para elas não é interessante se posicionar, o que não significa dizer que não estarão de algum lado, esse tipo de postura se alinha à classe dominante. Porque é sabido que, enquanto agentes do mercado editorial, o importante é vender seus livros, sobretudo, levando-se em conta que o mercado de livros didáticos brasileiro é muito lucrativo. Diante disso, salienta-se que para as empresas que produzem esse tipo de manual, o que interessa é se adequar à demanda do Estado brasileiro, um de seus principais clientes, por isso não é apropriado para as editoras participarem de algum modo desses conflitos, apenas se em algum momento atrapalhar seus lucros, deixando o Estado de ser importante para suas vendas. Porém, ao passo em que isso ainda não é uma realidade, destacamos:

Ao cotejar todos esses dados, a conclusão impõe-se óbvia: o crescimento do PNLD, desde a sua criação e apesar de recuos, foi superior ao aumento do seu público-alvo. Em outras palavras, aumentou a quantidade de livros recebidos por cada aluno matriculado na escola pública de 1º grau – pelo menos em tese. Para as editoras, esse público – cujo consumo de livros é maior do que o consumo médio no Brasil –, representava, certamente, uma fatia do mercado não desprezível e o Estado, comprador, um cliente preferencial. (MUNAKATA, 1997, p.56-57).

Ainda mais recentemente, pode-se novamente citar Munakata (2012) quando indica que o PNLD é responsável por um grande montante de dinheiro injetado no mercado dos manuais didáticos, isto é, ainda gera muitos lucros para as empresas.

Objeto complexo e de múltiplas funções, Alain Choppin (2004) afirma que, os livros didáticos exercem quatro funções essenciais, a saber: referencial, instrumental, ideológica/cultural e documental, que podem variar consideravelmente segundo o tempo, espaço e sujeitos. O livro didático é, também, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que se adapta a lógica de mercado no que tange aos processos de sua produção. Os livros didáticos desde a sua produção até a sua distribuição para as escolas, passam por um processo de avaliação e controle, caracterizando-o como um objeto cultural complexo, envolvido em disputas e interesses no âmbito do ensino escolar brasileiro. Podemos então afirmar que em toda a sua complexidade, os conteúdos dos livros didáticos estão entrelaçados aos interesses e valores daqueles que dominam o mercado editorial e as políticas curriculares nacionais.

Reconhecendo esse poderio dos livros didáticos nos mais variados setores, por exemplo, no mercado e na educação; destacamos então, a perspectiva de Costa e Dantas (2016), refletem a função do livro como algo para além de um emaranhado de conteúdos, mas um recurso didático de importância cultural repleto de significados, e que tem uma importância social de destaque na educação brasileira. Ou seja, é importante frisar que não há neutralidade nesses manuais, o que significa pontuar que não são isentos de ideologias, que está contida na própria escolha dos conteúdos, além de que ao longo de suas páginas é veiculado algum tipo de perspectiva sobre as temáticas abordadas no livro e estas chegam a uma parcela considerável de pessoas que, pela tradição de didáticos na cultura escolar, enxergam os saberes propagados no livro didático como absolutamente verdadeiros, especialmente, quando levamos em consideração que estão postos num tipo de educação que não possui um viés crítico.

Movimentos Feministas no livro didático de Geografia: prescrição ou sub-representação?

Para compreender como os movimentos feministas tem sido representados nos livros didáticos, optamos pelo recorte dos livros didáticos de Geografia, especificamente da coleção **#contatoGeografia**, utilizada em escolas do Alto Sertão baiano, parte do PNLD de 2018. A metodologia utilizada para a investigação foi a Análise de Conteúdo (FRANCO, 2005). A partir dos resultados obtidos, partiu-se para a elaboração do presente artigo, tendo em mente as contribuições que tal categoria deu e pode dar para o ensino de Geografia e que pouco se discute. A seguir, tais resultados serão mais minuciosamente trabalhados, baseando-se em autores que contribuíram com relevância para a discussão, buscando pontos de vistas críticos e bem fundados sobre a representação dos movimentos feministas que, por sua vez, transformaram a sociedade, especialmente, com relação a perspectiva de gênero.

Alguns trabalhos acadêmicos apontam uma série de problemas que envolvem as representações das mulheres veiculadas nos livros didáticos de história, denunciando os silenciamentos e estereótipos difundidos sobre as identidades e modos de atuação das

mulheres na história. Segundo Michele Perrot (2008), o motivo para que as mulheres sejam esquecidas e silenciadas seriam justamente as escolhas e interesses daqueles que escrevem a história. É, pois, também, uma questão de identidade.

Segundo Hall (1959), o papel do movimento feminista como fator ativo nesse processo, tendo em vista que, ao longo do tempo e dos processos de transformação, há uma crise do próprio conceito de identidade, sendo o sujeito construído ao se mostrar. Ocorre, então, uma revolução na concepção de humanidade, que surge com a sociedade pós-moderna na qual não há predefinição de subjetividade, tudo é social, ratificando que o sujeito existe nas práticas e nas relações que estabelece.

No momento em que as sociedades adquiriam um maior grau de complexidade, assumiam também uma forma mais social e coletiva. Leis baseadas em direitos e consentimentos individuais foram forçadas a se adaptar, cumprindo a missão de se adaptar a uma concepção mais social do sujeito. As práticas sociais passam a ser examinadas e reformadas à luz das próprias práticas nela existentes. Há uma reestruturação nos contextos e relações sociais, há, portanto, mudanças sociais; pois os modos de vida que foram colocados em ação pela modernidade acabaram por nos libertar, de uma maneira inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social.

Com o surgimento do capitalismo, no Estado Moderno o sujeito ainda é iluminista, centrado e racionalizado. Ao longo do tempo, com o aparecimento de outras concepções é que se dão as primeiras noções da democracia e a ideia da busca pela humanização do indivíduo. Aqui nos defrontamos com a noção da origem de uma concepção mais social do sujeito, destacando a necessidade das relações sociais para a constituição da identidade e abrindo um espaço de estudo entre o indivíduo e a sociedade, numa visão do grupo, como campo de produção do sujeito e de sua personalidade, vê-se então o complexo sujeito sociológico, identidade aberta, contraditória, inacabada e fragmentada.

Quanto à identidade da mulher, criada e educada por padrões tradicionais, muitos caminhos foram trilhados para que chegasse ao patamar em que hoje se encontra. No entanto, não tenhamos a ilusão de ter chegado ao topo, pois ainda há muito que se caminhar. Verdade é que a dominação masculina (BOURDIEU, 1999) é uma questão

cultural, construída e imputada a ambos os sexos, com relação de igualdade à submissão da mulher: homem foi feito para trabalhar, dominar, mandar; mulher, para obedecer, cuidar de casa e ter os filhos. Cultuar o machismo, para lembrá-lo historicamente, torna-se engraçado e se faz necessário para compreender a própria (r)evolução e as conquistas alcançadas pelas mulheres. Aprender a lidar com as diferenças entre macho e fêmea e entendê-las, real e naturalmente, é construir o entendimento e gerar compreensão dos indivíduos, que será benéfico a toda sociedade.

Segundo Laquer (2001), a definição dos órgãos sexuais é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento das mesmas. O corpo é físico, porém, é dado simbolicamente. Bourdieu (1999) questiona como estão postas as formas sociais de dominação, com o intuito de não de mudar o poder de lugar e, sim, discuti-lo construindo outras relações. Para isso é preciso sair do debate da divisão, desconstruindo a ideia de binarismo, como defendido por Scott (1990), encontrando assim novas possibilidades e formas cognitivas e sociais, construídas e exercitadas na prática social.

Se, segundo Scott (1990), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos, como o primeiro modo de dar significado as relações de poder, faz então de suma importância analisá-lo, com referência à presença, ou ausência, dos movimentos feministas no livro didático. No volume 2 da coleção analisada, os autores, ao tratarem das dificuldades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, trazem um texto denominado “Pobreza tem sexo” de autoria de André Campos, em que se aponta para o fato de que a cultura machista ainda é um empecilho quando se trata desse assunto, além de, claro, mencionar a feminização da pobreza. Em determinado trecho, se aponta para a perspectiva que membros do **Movimento Feminista** possuem em relação a essa situação, como pode ser observado a seguir: “Para militantes do **movimento feminista**, a desvalorização da força de trabalho da mulher é fruto de uma realidade cruel, em que mitos e preconceitos ainda formam barreiras invisíveis para sua ascensão profissional” (CAMPOS, 2005. *apud.* MARTINEZ; GARCIA, 2016a, p. 130, grifos nossos).

Este parágrafo retirado do referido texto faz parte de um tópico, da **Unidade 5 – População brasileira**, denominado **A mulher e o mercado de trabalho**, da seção **Contexto geográfico – Ponto de vista**, que evidencia diversas dificuldades que a mulher enfrenta para trabalhar e o machismo no mercado de trabalho, apontando, dentre outras coisas, que mesmo que o nível de escolaridade das mulheres seja superior ao dos homens, isso não se reflete em benefícios dentro do mundo profissional brasileiro, em que, por exemplo, as mulheres não possuem maior valorização. O movimento feminista, nesse contexto, é citado como protagonista no desvelamento da desvalorização da força de trabalho da mulher baseado em mitos e preconceitos, isto é, ele expõe a interferência do machismo, enraizado na sociedade, na condição profissional das mulheres, ajudando-as a combater.

A problematização dessa questão é importante, para que, os alunos possam entender como a sociedade patriarcal brasileira entrava a ascensão profissional das mulheres. Evidentemente, é importante que os(as) professores(as) reflitam textos como esse em sala de aula, não apenas mencionando, ou simplesmente silenciando toda a discussão a respeito dos papéis de gênero e da marginalização profissional das mulheres, mas promovendo reflexões que objetivam quebras de estereótipos e preconceitos, os quais, uma parte das pessoas possuem em relação a mulher no mercado de trabalho e ao movimento feminista, que, como dito anteriormente, sofreu e sofre bastante com estigmas propagados por uma ala conservadora da sociedade.

Sobretudo, nesse contexto de reformas neoliberais na educação, é importante que os (as) docentes promovam tais reflexões, pois diante do que já foi apresentado se observa uma tendência a minimização dessas discussões. Sabendo que:

O Estado, dentro dessa lógica capitalista, compreende a educação como forma de desenvolver o capital humano para atuar como mão de obra qualificada no mercado de trabalho. Então os professores diante desse cenário têm novas responsabilidades, dentre elas o de educar para o trabalho (SOUZA; COSTA, 2022, p. 16).

Sendo assim, a valorização dessa perspectiva de educar para o trabalho põe em intencional desfavor a noção de educação cidadã que é tão importante para a formação dos(das) discentes, porque tão relevante para os alunos e alunas (ou até mais) do que saber trabalhar é ter ciência dos direitos, deveres e da diversidade de pautas que há na

sociedade com o objetivo de garantir justiça social. E é com professores (as) cientes disso que se pode continuar tendo debates sobre as desigualdades de gênero.

No caso mencionado, a coleção está contribuindo na promoção do debate a respeito da mulher no mercado de trabalho, apesar de fazê-lo de modo breve, pois utiliza apenas uma página do livro para elucidar o tema. Antes de avançar em outros trechos, é interessante mencionar que a existência desse tópico na coleção de didáticos não é apenas interesse dos autores de abordá-lo, não está no livro por acaso, pelo contrário, é resultado da luta do movimento feminista que conseguiu que temas como esse fossem introduzidos na educação formal, como destaca Brabo (2015):

Podemos acrescentar, ainda, os cursos de formação de professores/as a distância, coordenados pelo MEC, a inserção de gênero no currículo oficial do Estado de São Paulo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), além das Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012), conforme já mencionamos, que contemplam direitos humanos na perspectiva ampla, incluindo as demandas dos movimentos sociais, dentre eles, a perspectiva de gênero a ser trabalhada em todas as áreas do conhecimento e níveis de ensino (BRABO, 2015, p. 124).

Então, para que a perspectiva de gênero e todas as discussões derivadas dela tivessem espaço nos livros didáticos, na educação brasileira, de um modo geral, foi necessária a luta dos movimentos sociais, mesmo que ainda não haja plenamente uma educação para igualdade de gênero como aponta a própria Brabo (2015), a relevância social e a força política que o movimento feminista conquistou, fez com conseguissem, de certo modo, colocar em pauta suas demandas nos momentos de elaboração de políticas públicas, especialmente, as políticas voltadas à educação, ou seja, a sociedade só avançou minimamente nesse debate e em conquistas para as mulheres, graças a seus esforços, e não à benevolência ou tomada de consciência “milagrosa” da elite política brasileira.

Inclusive, se faz relevante inferir, a reação conservadora/reacionária de denominá-la de “Ideologia de Gênero”, como mencionado anteriormente, é uma tentativa de manter a ordem patriarcal que há tanto tempo serviu e continua servindo para a manutenção de posições de poder dessa elite política, formada por homens brancos e ricos. Pois, diante dos questionamentos que a perspectiva de gênero lança à sociedade, inevitavelmente mexerá na posição de alguns privilegiados que, por sua vez, não querem perder o poder e domínio ideológico das massas.

Além desse trecho, em outro momento os autores trazem um texto denominado **Desigualdade de gênero** em que relatam algumas das diversas esferas sociais em que ela existe, por exemplo, no já mencionado, mercado de trabalho, e na política. Destaca-se a seguir a citação em questão, que é encontrada no volume 3 da coleção, na **Unidade 4 – O Subdesenvolvimento**, na seção **Contexto geográfico – Ponto de vista**, que disserta o seguinte: “Desde o **movimento feminista** dos anos de 1960, as mulheres vêm lutando por causas que assegurem a efetivação de seus plenos direitos, mas muitas delas ainda sofrem discriminações, apesar dos avanços já conquistados” (MARTINEZ; GARCIA, 2016b, p. 104).

Este trecho dá destaque (inclusive grifando) ao fato de como desde o movimento feminista dos anos de 1960, as mulheres estão lutando para que seus direitos sejam efetivados. Dessa maneira, os autores dão centralidade à atuação dos movimentos sociais no processo de conquista de direitos através da luta por diversas causas que contribuem para isso, considera-se difícil tratar das reivindicações das mulheres sem citar os movimentos feministas na qual muitas delas estão organizadas e os quais foram imprescindíveis para várias das suas conquistas nas diversas esferas sociais.

Contudo, entende-se inadequado tratar do movimento feminista que apenas ganhou notoriedade a partir dos anos de 1960, a atuação desse movimento é mais antiga e desde o século XIX luta por direitos das mulheres, como por exemplo, o de votar. Essa concepção é defendida por Brabo (2015) quando aponta:

Conforme afirmam Pierucci (2007), Carvalho (2010) e Pedro (2005), dentre outros (as) autores (as), a história do feminismo é registrada em sucessivas ondas. A *primeira onda* foi caracterizada pelo Movimento Sufragista, a luta pelo voto feminino, a partir da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, precedida pela conquista do direito da mulher à educação (BRABO, 2015, p. 111).

Esse período em que os autores da coleção de didáticos usa como referência é o que Brabo (2015) chama de segunda onda, que basicamente, é marcado pelo Movimento de Libertação das Mulheres da década de 1960, que foi desmembrado em algumas linhas, tais como: a liberal; a radical e a socialista. A autora descreve algumas das pautas que essa onda defendia, sendo mencionadas a seguir:

Nessa época, as bandeiras de luta, expressas no lema o pessoal é político, eram direitos iguais para as mulheres, bem como questões específicas: direitos trabalhistas (salário igual por trabalho igual); corresponsabilidade pelo trabalho doméstico e cuidado/educação das crianças; direitos reprodutivos; controle do próprio corpo; acesso à contracepção e legalização do aborto (sob o lema nosso corpo nos pertence); bem como direito ao prazer (BRABO, 2015, p. 111).

Levando essa agenda em consideração, é possível inferir o porquê de Martinez e Garcia (2016b) usar esse período de referência. No parágrafo posterior ao que foi destacado a respeito da existência do movimento feminista desde os anos de 1960, os autores mencionam a inserção da mulher no mercado de trabalho⁶ e que isso lhe proporcionou maior autonomia financeira; direito conquistado muito graças ao trabalho dessa segunda onda do movimento feminista, sendo possível inferir que ela foi a responsável por fazer tal movimento ser considerado por Manuel Castells, como Brabo (2015) salienta, o mais importante do último quarto do século XX.

Ainda no volume 3 da coleção, na **Unidade 9 – Natureza, sociedade e meio ambiente**, no tópico **O despertar da consciência ecológica**, há outra breve citação, mas que tem por foco o surgimento dos movimentos ambientalistas:

A emergência dos **movimentos ambientalistas** eclodiu juntamente com um conjunto de outras manifestações de caráter social, das quais fazem parte o **movimento das mulheres, dos negros e dos pacifistas**, por meio de determinados segmentos sociais engajados na luta por melhores condições de existência e de vida no planeta. (MARTINEZ; GARCIA, 2016b, p. 226, grifos nossos).

Como foi visto anteriormente, quando se trata de movimento das mulheres nesse período, isto é, anos 1960 e 1970, infere-se de que está se referindo à segunda onda do movimento feminista que realmente avança nas discussões a respeito dos direitos das mulheres, não se restringe ao voto ou a direitos trabalhistas, mas tem por foco também os direitos reprodutivos e ao prazer, por exemplo.

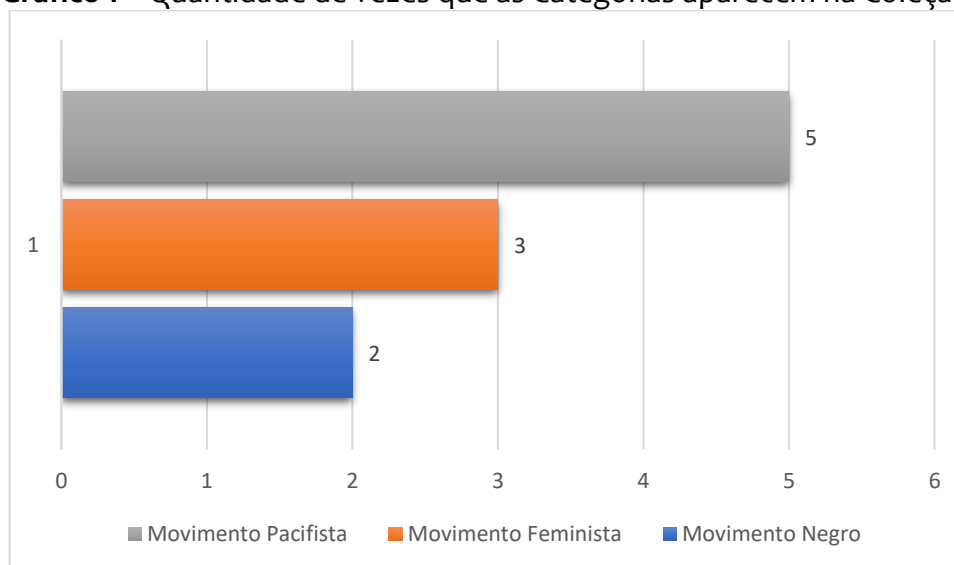
Os autores, novamente, mesmo sem aprofundamento, colocam em evidência o movimento feminista na história recente da luta por direitos, apesar de que o foco do tópico seja os movimentos ambientalistas, se abriu espaço para registrar que ao mesmo tempo também eclodiu outras lutas de cunho social, colocando como um dos exemplos o

⁶ Importante inferir que esse momento da segunda onda do feminismo refere-se a inserção de mulheres brancas no mercado de trabalho, pois, as mulheres negras foram muitas delas escravizadas e se tornaram modo de produção muito antes que mulheres brancas.

movimento das mulheres; dessa forma, Martinez e Garcia (2016b) ressaltam a relevância das feministas nesse período. A partir disso é possível inferir que tal movimento foi colocado como um dos protagonistas dessa ascensão de lutas por direitos sociais e civis.

A seguir apresenta-se o Gráfico 1, com a frequência em que três categorias selecionadas *à posteriori*, isto é, Movimento Pacifista, Movimento Feminista e Movimento Negro aparecem na coleção mencionada. O que se observa é uma quantidade pequena de vezes em que esses três movimentos sociais são representados.

Gráfico 1 – Quantidade de vezes que as Categorias aparecem na Coleção.



Fonte: Base de dados da Pesquisa do IC (2020)

Ao analisar o livro didático, propomos compreender a representação da categoria movimento feminista, mas ao traçar um comparativo com outros dois movimentos sociais, notamos que o movimento pacifista lidera, quando essas três categorias são postas em análises. O movimento pacifista está longe da realidade do estudante brasileiro, mas tem um protagonismo no livro didático, que se destaca frente a outros movimentos sociais que permeiam a sociedade e demandas do povo brasileiro. Há uma tendência dos autores de didáticos, manterem processos, conteúdos e discussões desatualizadas, não que o movimento pacifista não seja importante, bem como compreender sua história e implicações na Geopolítica. Mas quando se pensa em território e os conflitos de luta dentro das relações geopolíticas o aluno da sociedade técnica científica informacional demanda muito mais identidade, emancipação e reflexão crítica da ciência geográfica.

Considerações Finais

Essa análise foi feita atenta às representações sobre Feminismo no livro didático de Geografia, em sua maioria das vezes silenciado no currículo escolar oficial, o que denota o desinteresse e/ou o propósito de fazer ecoar esse silêncio, pelo não reconhecimento e legitimação dos movimentos feministas e das lutas das mulheres ao longo da história e no tempo presente. Muito mais que desconhecimento ou sub-representação, este silêncio pode denotar uma prescrição curricular do que não deve estar presente nos livros didáticos, como é o caso dos movimentos feministas.

No campo da educação, o livro didático é um instrumento de grande suporte no ambiente escolar. Logo, ele é o principal ou muitas vezes o único material que professoras (es), alunas (os) possuem para auxiliar no processo de aprendizagem. Reconhecer e analisar o modo como os livros didáticos de Geografia tratam dessa temática, pois a escola, os professores e os livros didáticos têm também grande poder de difusão de representações que educam nossas identidades e modos de ver, tratar e se relacionar com os movimentos feministas no tempo presente, faz essa pesquisa importante. Esperamos com esse trabalho contribuir de alguma forma nos debates sobre as representações dos movimentos feministas e seu aspecto formativo na educação para o reconhecimento e valorização das lutas e conquistas feministas no tempo presente.

É preciso levar em consideração o fato de que não, necessariamente, os movimentos feministas estarem sendo minimamente abordados nos livros didáticos, garantiria que os(as) docentes os colocasse em debate nas salas de aula, especialmente, tendo em conta as polêmicas que os envolve, sobretudo, as pessoas alinhadas com o Movimento Escola Sem Partido; por exemplo, quando debatessem as lutas dos Movimentos Feministas e tivesse que falar da questão de gênero, os(as) professores(as) poderiam ser acusados(as) de estar “doutrinando” os(as) alunos(as) com a “Ideologia de Gênero”. Apesar dessas questões é importante suscitar essas discussões, ainda mais quando se entende que o acesso a variadas formas de informações, gera reflexões e discussões que feitas de modo crítico pode estar a serviço do combate à intolerância, ao preconceito e todo tipo de discriminação.

O silêncio na história é político e não falar das mulheres e dos movimentos feministas constitui-se numa estratégia discursiva de poder e dominação. Tudo aquilo que a história passada não diz, vai se tornando ausente, inexistente na história presente. O silêncio ou o tratamento encurtado sobre os movimentos feministas nos livros didáticos é uma denúncia e diz muito sobre o que se compreende em determinada época como essencial como temática da Educação Básica. O que aparece e o que não aparece nos livros didáticos fala de regras, modelos, perspectivas, narrativas e epistemologias dominantes e suas escolhas. Constantemente são produzidas lacunas no que tange a compreensão da atuação dos feminismos e das mulheres por igualdade de direitos tanto no passado como no tempo presente.

Dizer que em pleno século XXI o machismo foi extirpado de nossa sociedade é velar e permitir sua perpetuação. Obviamente que o quadro hoje é diferenciado e há tempos encontramos mulheres revolucionárias que não aceitam a posição a qual foram historicamente subjugadas. Com o processo histórico de criação e fortalecimento dos movimentos sociais e da politização de uma cultura, os movimentos feministas, foram e são detentores de grande responsabilidade no papel de descentralização conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, desconstruindo a ideia de binarismo social e do público e do privado. Com a máxima “o pessoal é político” o feminismo deu o pontapé inicial para a discussão da formação de identidades sexuais e de gênero. Sua busca é pela identidade social, da subjetividade, da identidade e do processo de identificação.

Dentre suas reivindicações está a contestação política com bases na essência da divisão social: diferenciação entre homem e mulher, discutindo também a produção de sujeitos generificados, ou seja, a formação das identidades sexuais de gênero. Os movimentos feministas no livro didático, claramente ficaram marginalizados, há menções importantes a respeito deles na presente coleção, que não reproduzem estereótipos ou preconceitos, inclusive, os colocando em posições de protagonismo social. No entanto, são citados poucas vezes, apenas três, ainda mais levando em consideração sua relevância nas transformações socioespaciais tanto na escala global quanto nacional.

Os autores não realizam discussões mais aprofundadas que poderiam estimular debates em sala de aula, mesmo sabendo que a decisão de debate-los passa também pelos(as) docentes, entende-se que se caso tivesse uma abordagem mais elaborada sobre

os movimentos feministas teria mais probabilidade de se discuti-lo, pensando na influência do livro didático nesse contexto, pois seria mais difícil invisibilizá-lo. Essa representação demonstra o quanto esses movimentos, apesar de sua importância, são pouco destacados devido, dentre outras coisas, a conjuntura política nacional dos últimos anos de ascensão de forças conservadoras/reacionárias aliada ao projeto neoliberal de sociedade, bem como as bases da nossa sociedade que é capitalista patriarcal, tendo poucos territórios na educação básica para se pensar e se discutir o papel da mulher e os movimentos sociais em que elas se organizam.

Referencias

- ARROYO, M. Os desafios da educação na pandemia política: que desafios Pedagógicos, em que tempos políticos? **Cenas Educacionais**, v.4, n.e 11878, p.1-27, 2021.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRABO, T. S. A. M. Movimentos sociais e educação: feminismo e equidade de gênero. In: DAL RI, N. M.; BRABO, T. S. A. M. (Org.). **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais**. Marília: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2015. p. 109-128. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politicas-educacionais_ebook.pdf#page=109>. Acesso em: 24 abr. 2022
- CHOPPIN, A. História dos Livros e das Edições Didáticas: sobre o Estado da Arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Faculdade de Educação/USP, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- COSTA, G. B. A.; DANTAS, D. N. O livro didático de geografia e as questões de gênero: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v.6, n.11, p.323-340, 2016. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/339>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2005.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DPA, 1959
- LAQUER, T. **Inventando o sexo: da linguagem da carne**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v.26, n.2, p.1-18, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/pywfvLVSDYNnH8nzJV3MmQk/?format=pdf&lang=pt>.
- MARTINEZ, R.; GARCIA, W. **#Contato Geografia**. Volume 2. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016a.
- MARTINEZ, R.; GARCIA, W. **#Contato Geografia**. Volume 3. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016b

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em: < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10559>>. Acesso em: 20 ago 2020

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, v.23, n.3, p.51-66, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pp/a/gzhGQRDGBz8FmWXpdNVNxpB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 ago 2020

PERROT, M. Ecos de uma história silenciosa das mulheres. As mulheres ou os silêncios da história. **Estudos Feministas**, v.16, n.1, p.147-163, 2008.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v.18, n.36, p.15-23, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GWgTMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 07 Nov. 2022

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.15, n.2, 1990.

SOUZA, É. V.; COSTA, G. B. A. As atuais condições de trabalho dos professores no regime especial de direito administrativo (REDA): uma reflexão geográfica. **Cenas Educacionais**, v.5, n.e13055, 2022. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/13055/9888>>. Acesso em: 09 Nov. 2022.